

Em torno da década de 40 do século XVIII, minhas águas já haviam passado por uma mudança expressiva, pois elas eram desviadas, através de canais e bombas operadas por escravos e animais, para a prática da mineração nos morros. Afinal, quando o ouro de aluvião começou a dar sinais de esgotamento, teve início a busca por jazidas incrustadas na rocha, com recurso a dois processos diferentes: a mineração de talho aberto, promovida através de cortes perpendiculares que começavam no alto do morro até chegar no depósito aurífero, e a mineração de mina, que escavava galerias subterrâneas, seguindo os veios minerais no interior das montanhas.

Quando as rochas eram muito duras, era preciso, primeiramente, provocar um choque térmico, deixando que minhas águas frias escorressem sobre as pedras aquecidas com fogo (VIANA, 2011, p. 32). As rochas assim fragmentadas eram então trituradas através de dois processos diferentes, mas igualmente sonoros. Em um deles, os trabalhadores esmagavam o minério com auxílio de malhas de ferro; já o outro empregava trituradoras muito parecidas com aquelas em uso na Europa (VIANA, 2011, p. 32). Dessa forma, era possível separar o ouro rochas, mas ainda era preciso lavá-lo. Para tanto, eram abertas valas e, em seu fundo, depositados couros de boi ou tecidos de lã, a fim de que qualquer resíduo do metal precioso pudesse grudar neles. A seguir os couros e tecidos eram postos para secar e batidos.

Por ser bem mais difícil e dispendiosa, exigindo grande quantidade de mão de obra e muitas ferramentas, a mineração de morro era praticada apenas pelos mais abastados. Os mineradores empobrecidos continuavam a faiscar os resíduos depositados no leito de rios e córregos. E, paulatinamente, novos arraiais surgiam,

como o de Paracatu de Baixo, situado a pouco mais de 50 quilômetros de distância de Bento Rodrigues, e também banhado pelas minhas águas (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, 2005). A origem do nome dessa localidade é imprecisa mas, em geral, considera-se que o termo adveio do idioma tupi, na junção das palavras pi´ra, “peixe”, e ka´tu, “bom”, ou seja, peixe bom (FURLANI, 2016, p. 43).

As vielas dos antigos e novos arraiais eram cada vez mais percorridas pelos carros de boi, com seus inconfundíveis mugidos e estalidos, pois embora suas rodas fossem feitas de madeira, elas possuíam um aro de ferro, que não deixava este meio de transporte passar despercebido (VIANA, 2011, p. 38). Outros sons proeminentes advinham do cozimento dos alimentos no fogão a lenha (CRUZ, 2010, p. 9). Em geral, ele era construído na parte externa das residências, devido ao calor e à fuligem que dele emanava. Nesse espaço dedicado à culinária eram emitidos sons inconfundíveis, como os estalidos da madeira queimando, o pilar do alho, o coar café... (OLIVEIRA, 2008, p. 57).

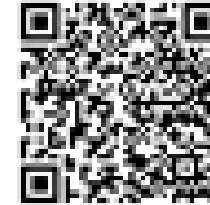
No ano de 1745, a Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo foi elevada à condição de cidade, com o nome de Mariana, pois ali fora sediado o bispado de Minas. A região passava a conhecer um novo incremento religioso, com capelas dotadas de torres com sinos, liturgias cantadas e procissões, geralmente a cargo das diferentes irmandades, ordens terceiras e das Câmaras das vilas e da nova cidade. Grande parte do trabalho nessas localidades era empreendido por escravos



GUARAXO  
VIVO

africanos e afrodescendentes, emergindo dessa experiência de exploração e padecimento uma das sonoridades mais expressivas de Minas colonial: o canto dos vissungos, entoado na língua banguela, dialeto banto. Os vissungos eram geralmente cantados em solo, por um mestre, com resposta de um coro em dobrado, às vezes com acompanhamento de instrumentos utilizados na tarefa da mineração. O canto dos vissungos exprimia as agruras do cotidiano e apelava às forças ancestrais como condição de resistência.

Mais conhecidos eram os sons providos de práticas musicais também oriundas da cultura africana e genericamente denominadas como “batuques”. Por seu ritmo sincopado, pelas umbigadas e outros passos de dança, e sobretudo por promover uma proximidade de homens e mulheres, escravos, forros, brancos pobres e até de estratos sociais elevados, os batuques tornaram-se uma expressão emblemática de tensões e contradições de Minas colonial. Apreensivas, as autoridades locais mandavam que as rondas militares os dispersassem, ao mesmo tempo que quebrassem os tambores. Mesmo assim, o batuque voltava a acontecer assim que a tropa saía, com vozes e palmas (VIANA, 2011, p. 47-49). Posteriormente, o batuque foi sendo reinventado, entre outras manifestações, como jongo, dança em que a roda é aberta pelo integrante mais idoso, que pede a benção e permissão dos ancestrais para começar a prática; os corpos então interagem, em movimentos vibrantes (MONTEIRO; DIAS, 2010).



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

FURLANI, Bruna Burkhardt. *Rotas da informação: Estudo das relações estabelecidas em Paracatu de Baixo na comunicação do maior desastre ambiental brasileiro*. 2016. 132f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MONTEIRO, Marianna F. M.; DIAS, Paulo. *Os fios da trama: grandes temas da música popular tradicional brasileira*. *Estudos Avançados*, n. 24, v. 69, p. 349-371, 2010.

OLIVEIRA, Júlio Cesar de. *A polifonia perdida do Arraial do Tijuco*. *Opsis: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG*, v. 8, n. 11, p. 37-58, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. *Inventário de Proteção do Acervo Cultural*. Mariana, 2005. Mimeo.

VIANA, Fábio Henrique. *A paisagem sonora de Vila Rica e a música barroca das Minas Gerais (1711-1822)*. Tese (Doutorado em História). 2011. 203f. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

